

# **Seminário Mulher e Mídia NUDEM - Cuiabá/MT - 04/08/2017**

O Núcleo de Defesa da Mulher, NUDEM, da Defensoria Pública de Mato Grosso, realiza na sexta-feira, dia 4, o Seminário Mulher e Mídia.

O evento vai contar com palestras, debates e painéis de discussão com o objetivo de estabelecer uma conexão entre imprensa e sistema de justiça sobre a forma como a mulher é tratada na mídia.

Confira as informações abaixo:

Debates

Palestras

Painéis de discussão



# SEMINÁRIO "MULHER E MÍDIA"

4 DE AGOSTO

AUDITÓRIO OAB/MT

Parcerias:

- Superintendência Estadual de Política Para Mulheres do Estado de Mato Grosso
- Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres de Mato Grosso
- Sala da Mulher da Assembléia Legislativa
- OAB/MT

Realização:



**DEFENSORIA PÚBLICA**  
DO ESTADO DE MATO GROSSO

Núcleo de Defesa da Mulher - NUDEM

Debates

Palestras

Painéis de discussão

## PROGRAMAÇÃO

**Objetivo:** Estabelecer uma conexão entre o sistema de justiça e a imprensa, na forma como a mulher vem sendo tratada pela mídia.

**08h** - Credenciamento.

**08h30** - Abertura oficial do seminário (composição da mesa).

- Hino nacional

- Apresentação Cultural

**09h30** - **Palestra Magna: "Mulher e Mídia"**

Palestrante: Marisa Sanematsu - Jornalista do Instituto Patrícia Galvão

**Coordenadoras da mesa:**

Dra. Tânia Regina Matos – Defensora Pública atuante na Defesa da Mulher Vítima de Várzea Grande/MT

Priscila Mendes – Jornalista

**10h30** - Debate e perguntas

**Intervalo para almoço**

**13h30** - **Painel: Defensoria Pública, Sociedade e Imprensa**

**Panelistas:**

Dra. Rosana Leite Antunes de Barros - Coordenadora do Núcleo de Defesa da Mulher da Defensoria Pública – NUDEM.

Dra. Juliana Ribeiro Salvador – Defensora Pública Criminal de MT.

Margareth Botelho – Diretora de Jornalismo do Jornal A Gazeta.

Isabel Silveira – Superintendente Estadual de Política Para Mulheres de Mato Grosso.

Jocilene Barboza dos Santos – Presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher de Mato Grosso.

**Coordenadoras da mesa:**

Dra. Maila Aletea Cassiano Ourives – Defensora Pública atuante no NUDEM/MT

Sra. Cristina Mayumi – Jornalista da Televisão Centro América

15:45 horas – debates e perguntas

**15h45** – **Igualdade de Gênero**

**Palestrante** – Professora Dra. Madalena Rodrigues – Professora Doutora UFMT e Coordenadora do NUEPOM

**Coordenadoras da mesa:**

Dra. Hélleny Araújo dos Santos – Defensora Pública Criminal de MT.

Dra. Gisela Cardoso – Advogada

**17:00** – **Encerramento**

Inscrições gratuitas

[www.defensoriapublica.mt.gov.br](http://www.defensoriapublica.mt.gov.br)

Informações

nudem.mt@gmail.com | (65) 3613-8204

# SEMINÁRIO "MULHER E MÍDIA"

4 DE AGOSTO

AUDITÓRIO OAB/MT

**Parcerias:**

- Superintendência Estadual de Política Para Mulheres do Estado de Mato Grosso
- Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres de MT
- Sala da Mulher da Assembleia Legislativa
- OAB/MT

**Realização:**



**DEFENSORIA PÚBLICA  
DO ESTADO DE MATO GROSSO**

Núcleo de Defesa da Mulher - NUDEM

---

# Cuiabá registra 21 notificações de zika em grávidas neste ano

A cidade de Cuiabá (MT) registrou 21 notificações de zika em gestantes. Outras sete suspeitas são de mulheres que moram em diferentes municípios do estado.

[\(Radioagência Nacional, 07/02/2017 - acesse no site de origem\)](#)

Os dados são da Vigilância em Saúde Municipal e trazem um acumulado deste ano. Ainda em relação ao Zika vírus foram registradas outras 32 notificações em pessoas não gestantes residentes na capital mato-grossense e 15 em não residentes.

Confira os detalhes na matéria de Michelle Moreira.

*Michelle Moreira*

---

# Cuiabá é a única capital que não elegeu mulheres para a Câmara


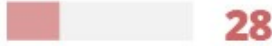



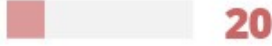

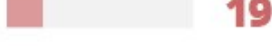

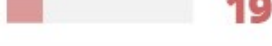

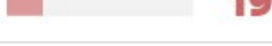


Cuiabá é a única capital do país que não elegeu mulheres para o cargo de vereador, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Todas as 25 vagas da Câmara da cidade serão preenchidas por homens no próximo mandato. A legislatura atual conta com a presença de uma mulher - a vereadora Lueci Ramos, do PSDB.


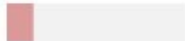

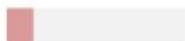

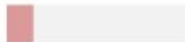

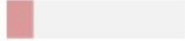

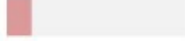

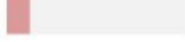

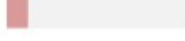

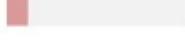



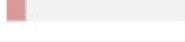

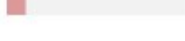
[\(G1, 19/10/2016 - acesse no site de origem\)](#)

Apesar de terem eleito mulheres, as outras capitais também terão proporções baixas de vereadoras a partir de janeiro do ano que vem. A cidade com a maior representatividade feminina é Natal, em que 8 das 29 vagas da Câmara Municipal vão ser tomadas por mulheres. Isso significa 28% do total de vereadores, índice bem abaixo da proporção encontrada na população do país, em que 51,4% dos brasileiros são mulheres.


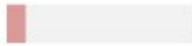

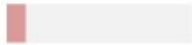

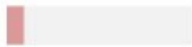



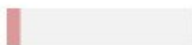

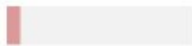

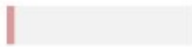

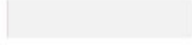
## Vereadoras

Veja o ranking das capitais com mais mulheres eleitas

<b>CAPITAL</b>	<b>HOMEM (%)</b>	<b>MULHER (%)</b>
Natal (RN)	 <b>72</b>	 <b>28</b>
Curitiba (PR)	 <b>79</b>	 <b>21</b>
São Paulo (SP)	 <b>80</b>	 <b>20</b>
Maceió (AL)	 <b>81</b>	 <b>19</b>
Salvador (BA)	 <b>81</b>	 <b>19</b>
Porto Velho (RO)	 <b>81</b>	 <b>19</b>
Recife (PE)	 <b>85</b>	 <b>15</b>

Fortaleza (CE)	 <b>86</b>	 <b>14</b>
Goiânia (GO)	 <b>86</b>	 <b>14</b>
Rio de Janeiro (RJ)	 <b>86</b>	 <b>14</b>
Boa Vista (RR)	 <b>86</b>	 <b>14</b>
Macapá (AP)	 <b>87</b>	 <b>13</b>
Rio Branco (AC)	 <b>88</b>	 <b>12</b>
João Pessoa (PB)	 <b>89</b>	 <b>11</b>
Porto Alegre (RS)	 <b>89</b>	 <b>11</b>
Palmas (TO)	 <b>89</b>	 <b>11</b>
Manaus (AM)	 <b>90</b>	 <b>10</b>
São Luís (MA)	 <b>90</b>	 <b>10</b>



Belo Horizonte (MG)	 <b>90</b>	 <b>10</b>
Teresina (PI)	 <b>90</b>	 <b>10</b>
Belém (PA)	 <b>91</b>	 <b>9</b>
Aracaju (SE)	 <b>92</b>	 <b>8</b>
Vitória (ES)	 <b>93</b>	 <b>7</b>
Campo Grande (MS)	 <b>93</b>	 <b>7</b>
Florianópolis (SC)	 <b>96</b>	 <b>4</b>
Cuiabá (MT)	 <b>100</b>	 <b>0</b>

FONTE: TSE



Infográfico elaborado em: 13/10/2016

Em seguida, aparecem Curitiba (21% das vagas) e São Paulo (20%). Apesar de o percentual não ser tão alto, São Paulo terá mais que o dobro de mulheres em sua Câmara em 2017. Na atual legislatura, são apenas cinco mulheres vereadoras, ou seja, 9% do total. No ano que vem serão 11. [Leia mais](#)

Na outra ponta do ranking está Florianópolis: apenas 1 vaga das 23 será destinada a uma mulher em 2017, o que representa 4% do total. Já em Campo Grande e em Vitória, a proporção é de 7%.

### Proporção nacional

A proporção de mulheres eleitas para o cargo de vereador se manteve entre as eleições de 2012 e de 2016. Neste ano, 13,5% dos vereadores eleitos são mulheres - ou 7,8 mil de 57,8 mil candidatos. Há quatro anos, o percentual foi de 13,3% - 7,7 mil de 57,4 mil candidatos. [Leia mais](#)

Esta é a segunda eleição municipal com a vigência da lei 2.034/2009, que estabelece que “cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo”. O número de candidatas mulheres, no entanto, também não subiu.

## **Pelo mundo**

A representatividade feminina nas câmaras municipais se equivale à do Legislativo federal. Na comparação com a situação mundial, o Brasil tem uma das piores taxas de presença de mulheres do Congresso. Segundo o documento “Mulheres no Parlamento: Revisão Anual”, da União Interparlamentar (IPU), numa lista de 193 países, o Brasil ocupa a 155ª posição em representatividade feminina.

De acordo com o estudo, o Brasil tem apenas 51 mulheres na Câmara (9,9% do total) e 13 no Senado (16%). Estão em posição melhor que o Brasil, por exemplo, países de maioria muçulmana como o Afeganistão (52ª posição), o Iraque (61ª posição) e a Arábia Saudita (93ª). Já as melhores posições são ocupadas por Ruanda – com 63,8% de mulheres na Câmara e 38,5% no Senado – e Bolívia, com 53,1% e 47,2%, respectivamente.

*Clara Velasco*

---

# **Juíza é contra projeto que criminaliza aborto mesmo em caso de estupro**

**(RD News, 14/06/2016)** A juíza Ana Cristina Silva Mendes, titular da 1ª Vara Especializada de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá, entende que o Projeto de Lei que busca a criminalização do aborto, mesmo em caso de estupro, precisa ser revisto para que não acabe



penalizando uma vítima de estupro, futuramente. “Acredito que seria uma coisa muito séria e dolorosa obrigar que uma mulher permaneça com um filho que foi gerado nessas condições”, argumenta a magistrada em entrevista ao RDTV.

O PL foi apresentado pelos deputados federais Victório Galli (PSC) e Valtenir Pereira (PMDB), em parceria com outros 11 parlamentares, em 15 de dezembro de 2015, e pretende alterar o artigo 128 do Código Penal, que diz que não se pune aborto praticado por médico, em casos de estupro. “Esse projeto precisaria ser revisto para que não venha a trazer uma pena para uma vítima. Porque isso seria uma pena para ela num primeiro momento”, defende Ana Mendes.




Juíza Ana Cristina observa que pessoas baseiam seus argumentos em princípios morais e religiosos (Foto: ZF Press)

A juíza observa que, muitas vezes, as pessoas baseiam seus argumentos em princípios morais e religiosos muito enfáticos. “Mas até isso eu penso que cada um tem a sua condição de aferir o que é aquilo”, fala em referência a uma vítima de estupro. A magistrada entende que, uma mulher vítima de estupro que opta por tirar o bebê, é a pessoa que mais sofre. “Pode ter certeza que ninguém está sofrendo mais do que ela. Nem eu, nem o Estado,

ninguém. Quem pode dizer o que eu estou sentindo diante de trazer no meu ventre aquela criança, sou eu”, sustenta.

## **Legislação**

O Código Penal também autoriza o procedimento em caso de risco à vida da mulher, além do estupro. Em entrevista ao  no último mês, Galli explicou que, apesar da proposta não entra neste mérito, ele também é contrário ao aborto neste caso.

Conforme o artigo 123, com exceção dos casos acima, o aborto provocado pela própria gestante resulta em detenção de 1 a 3 anos. No caso de aborto provocado por terceiro, sem o consentimento da gestante, a pena é de 3 a 10 anos de reclusão. Já quando há consentimento, a detenção varia de 1 a 4 anos.

Em entrevista ao programa Conexão Poder no mês passado, que contou com participação da editora executiva do Rdnews, Patrícia Sanches, Galli defendeu que, ao invés do aborto, a mulher que não quiser a criança, coloque-a para adoção. “Se ela não quiser essa criança, sou a favor que o Estado cuide e que ela doe”, argumentou.

*Eduarda Fernandes*

***[Acesse no site de origem: Juíza é contra projeto que criminaliza aborto mesmo em caso de estupro \(RD News, 14/06/2016\)](#)***

---

# **Campanha Mais Mulheres na Política será lançada em Mato**

# Grosso - Cuiabá/MT, 22/06/2015

A Procuradoria da Mulher do Senado Federal, juntamente com a Secretaria da Mulher na Câmara dos Deputados convidam para o evento conforme abaixo:

A campanha será levada à todos os estados brasileiros. O trabalho tem o objetivo de contribuir para que sejam disseminadas informações sobre a participação da mulher na política, especialmente nos parlamentos.



Procuradoria Especial da Mulher no Senado Federal  
Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados  
**Senador José Medeiros**  
Senadora Vanessa Grazziotin  
Deputado Guilherme Maluf, Presidente da ALMT  
Deputado Nininho, Primeiro-Secretário da ALMT  
Senadoras, Deputadas, Prefeitas e Vereadoras

Convidam para participar do Lançamento da

**CAMPANHA MULHERES NA POLÍTICA**  
A REFORMA QUE O BRASIL PRECISA

**Dia 22 de junho de 2015, às 9h.**  
Local: Auditório Deputado Milton Figueiredo  
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso (ALMT)  
Av. André Maggi Nº 6 – Centro Político Administrativo – Cuiabá/MT

SENADO FEDERAL  
CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso  
Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais no Estado de Mato Grosso  
Procuradoria Especial da Mulher

## Turismo sexual na Copa

(*Gazeta do Povo*, 22/06/2014) O governo brasileiro encampou como uma das bandeiras do Mundial o combate à exploração sexual. Conseguiu até

forçar a Adidas, uma das patrocinadoras do torneio, a tirar de circulação camisetas de apelo erótico. Gol de honra midiático diante da derrota diária para o turismo sexual durante a Copa. Cada uma à sua maneira, as sedes mantêm o mercado do sexo a pleno vapor enquanto a bola rola nas arenas.

Apontada como capital brasileira prostituição pela imprensa internacional, Fortaleza tem como escritório das garotas de programa a Avenida Beira-Mar. Elas aproveitam o fluxo intenso de torcedores para combinar as saídas. “São R\$ 200 por uma hora e meia. Dependendo de como for o cliente, dá para negociar”, diz uma delas à Gazeta do Povo, após livrar-se de um grupo de mexicanos que achou cara a pedida e antes de seguir adiante ao ver que a nova abordagem não daria em nada.

A pressa é justificada pela demanda. São pelo menos cinco homens para cada mulher. Os programas se desenrolam nos hotéis onde os clientes estão hospedados ou em motéis que não dão conta do movimento. Filas de táxi se formam e não é raro alguém sair sem pagar o quarto.

A polícia observa de perto a movimentação, mas não faz nada. As meninas só dispersam quando fiscais da prefeitura se aproximam. Os cafetões avisam, elas migram para outro ponto e seguem o trabalho.

Em Manaus, a prostituição ocorre a bordo de barcos ancorados à beira do Rio Negro. Adolescentes são abordadas no porto e levadas para programas nos motéis fluviais. Com a maior fiscalização ao tráfego de barcos irregulares, abrigar programas entre meninas manauaras e turistas tornou-se uma atividade lucrativa, sem que a polícia faça algo.

“Denúncias chegam até nós, mas quando nos infiltramos e chegamos aos barcos, elas [crianças e adolescentes] negam. Dizem que são namorados e não temos o que fazer”, lamenta a delegada titular da Delegacia Especializada de Assistência e Proteção à Criança e ao Adolescente (DEAPCA), Linda Gláucia.

Denúncias sem comprovação são um obstáculo ao combate da exploração sexual infantil também em Cuiabá. O plantão 24 horas da Delegacia Especializada na Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Dedlica)

recebeu 30 queixas, mas não conseguiu avançar na investigação de nenhuma.

Outro problema é a combinação entre sexo e drogas. A Gazeta do Povo flagrou uma mulher oferecendo a um turista estrangeiro um programa de R\$ 200, com direito a uma carreira de cocaína. A negociação não avançou, especialmente pelo preço. Em Várzea Grande, região metropolitana, onde há grande concentração de motéis, o encontro não sai por menos de R\$ 150. Dentro das boates, uma hora chega a custar R\$ 2 mil.

Cobrar mais caro foi orientação em Belo Horizonte. Um aumento de 30% sugerido pela Associação das Prostitutas de Minas Gerais (Aprosmig), que treinou e capacitou as garotas de programa para o torneio. Pelo menos 300 mulheres concluíram o curso de inglês gratuito e levam na bolsa um guia ilustrado para facilitar a comunicação com os turistas. Outras carregam máquinas de cartão de crédito e débito, resultado de uma parceria com a Caixa Econômica Federal que permite parcelar o pagamento do serviço.

Por um maior reconhecimento da profissão, garotas de programa fizeram uma manifestação no dia do primeiro jogo na cidade. Bloquearam uma rua na região central e promoveram uma “pelada” contra um time de universitários. Até cartazes solicitando “zonas padrão Fifa” foram levados.

O termo “zona padrão Fifa” caberia perfeitamente ao Café Bahamas, um dos mais tradicionais de São Paulo. Reaberto recentemente após uma longa batalha judicial, o estabelecimento aumentou seus preços e recrutou garotas do Sul do país para lucrar com a Copa.

“Aqui elas cobravam de R\$ 350 a R\$ 400 o programa e agora converteram isso para dólares, passando para R\$ 900. Essas moças ganham R\$ 25 mil por mês e vão passar a R\$ 40 mil na Copa”, calcula o dono do local, Oscar Maroni. Dinheiro deixado pelos turistas no país durante a Copa da última maneira que o governo brasileiro esperava.

***Acesse no site de origem: [Torcida sexual \(Gazeta do Povo, 22/06/2014\)](#)***

---

# Quem contará os estupros na Copa do Mundo? Por Jarid Arraes

**(Revista Fórum, 16/06/2014)** No último dia 14, diversos portais noticiaram um caso de estupro envolvendo um chileno e uma brasileira. O chileno de 32 anos conheceu uma brasileira de 22 em uma boate em Cuiabá, onde ofereceu carona ao sair da festa acreditando que o sexo estava garantido. No entanto, a moça rejeitou as investidas do homem e resistiu fisicamente para impedir o ato. Ainda dentro do carro, a jovem teve sua roupa rasgada e foi agredida fisicamente, e só foi socorrida porque alguns passantes ouviram seus gritos e surpreenderam o chileno sem roupas.

Houve, no entanto, uma verdadeira confusão a respeito da informação divulgada. Em alguns sites há a afirmação de que houve penetração; em outros, o caso parece algo vago e sem gravidade alguma. Em algumas publicações, há até mesmo o uso repetido de eufemismos, afirmando que o chileno somente “manifestou vontade de fazer sexo”. De acordo com esse último noticiante, dá até para pensar que o homem pediu com educação e vocabulário rebuscado. No fim das contas, ninguém sabe em quem confiar e nem entende qual é a informação correta. A brasileira foi estuprada? Como isso aconteceu? E o exame de corpo de delito? O desfecho, não obstante, é direto ao ponto: o chileno foi liberado.

Há uma série de problemas nesse caso: o óbvio despreparo dos jornalistas brasileiros - que tratam a ocorrência com tanto descaso que se contradizem em notas feitas em poucas horas de distância -, os eufemismos e as insinuações de que a brasileira bebeu demais ou se “acovardou” por ter “desistido” do sexo são apenas alguns deles. Em uma matéria, inclusive, é dito que a moça resolveu não prestar queixa porque o chileno estava bêbado. A não ser que isso seja um fato devidamente apurado, a redação do jornal

merece um escracho. E se for algo verídico, é motivo de lamentação. De uma forma ou de outra, fica evidente a falta de compromisso dos jornalistas para escrever algo responsável, que conte um fato coerente com a realidade.

Infelizmente, isso não é nenhuma surpresa para o movimento feminista: sabemos que estupros e tentativas de estupro são expostos sem qualquer cuidado ético. Cultura misógina é assim e o álcool vira justificativa para a violência sexual. Se a mulher bebeu, ela é uma irresponsável que não se cuidou, mas se o homem bebeu, ele não sabia o que estava fazendo e por isso o crime pode ser tratado com leviandade. Pouco se discute o fato de que os homens são socialmente ensinados e recompensados por beberem com o objetivo de “pegar” mulheres - sendo isso, inclusive, algo exaustivamente sugerido pelas propagandas de cerveja. Dessa forma, um homem que bebe e se torna um inconveniente que insiste, agarra o braço da mulher e fala coisas vulgares não é nada além do considerado normal por nossa cultura. E, pelo visto, não é exclusividade de brasileiros.

Ao contrário do que é constantemente sugerido, as mulheres podem sim desistir de fazer sexo e devem ter o desejo respeitado prontamente. A ideia de “ou dá ou desce” é coação e “conseguir” sexo através de uma ameaça como essa não se chama de conquista, mas sim de estupro. E o que torna o problema ainda maior é que a maioria das mulheres está amedrontada, desinformada, constrangida e alienada demais para denunciar quando esse tipo de crime acontece. Os casos que envolvem violência sexual dificilmente são registrados e isso não será diferente durante a Copa. Dá até pra imaginar quantos turistas de outros países e homens do nosso país não estão neste exato momento forçando avanços sexuais contra mulheres brasileiras e outras estrangeiras; quantas crianças estão sendo estupradas agora, vítimas de uma realidade de exploração sexual que muitos portais de notícia chamam desavergonhadamente de “prostituição infantil”. Caso fossem contados, os números seriam assustadores.

A triste realidade é que a população depende dos jornais brasileiros para ter acesso a informações verídicas e bem apuradas, mas os portais não estão entregando notícias com esse padrão de qualidade. Jornais do Brasil: exponham a realidade de violência sexual que a Copa do Mundo proporciona.



Durante um evento tão impactante, onde tantos olhos estão voltados para o nosso país, há outras coisas mais importantes além de contar gols.

**Acesse o site de origem:** [Quem contará os estupros na Copa do Mundo? Por Jarid Arraes \(Revista Fórum, 16/06/2014\)](#)

---

## **58% dos que não trabalham são mulheres, idade entre 25 e 34 anos**

**(O Globo, 30/03/2014)** Bernardo Brito diz que não tem pressa para voltar ao mercado de trabalho. Tem 32 anos, dez de formado em Matemática e especialização em Estatística, com passagens por empresas de marketing. Depois de ter sido demitido do último emprego, em uma vaga diferente da que queria, diz que agora está dando um tempo. Ele afirma que oportunidades existem e vão continuar a existir.

— Estou vendo isso tudo como uma grande oportunidade de parar para pensar e escolher o que é melhor para mim. Tenho formação boa, currículo, empregabilidade. As oportunidades estão aí. Mas, independentemente do que está sendo oferecido, tenho que achar uma vaga na qual eu faça o que eu quero — afirma.

No rol de opções estão um doutorado em Inteligência Computacional, estudar para concurso ou até uma nova investida no mercado para achar uma função mais ligada a seu perfil.

Renata Carvalho, de 28 anos, é outra que está fora do mercado, por enquanto. Não tem medo de dizer que a situação, ao menos para ela, está difícil. Experimentou trabalhar em agências de publicidade desde que se formou, em 2008, mas diz que foi vencida pelo cansaço, salário baixo e falta

de perspectiva. Agora, faz um mestrado para tentar se tornar professora.



Renata Carvalho: Tem 28 anos. Formada em Comunicação diz que enfrenta desde que se formou salários baixos e falta de perspectivas. Hoje faz Mestrado e espera que qualificação a leve para uma vaga melhor. Foto: Fabio Rossi

A baiana Lália Sousa, de 28 anos, também está fora do mercado. Mora em Madre de Deus, região metropolitana de Salvador. É mãe de Sophia, de 6 anos, e da pequena Elisa, com 8 meses. Quando a primeira filha nasceu, a técnica de documentação de uma empresa do setor de óleo e gás disse que não queria nem tinha condições financeiras para parar. Separou-se, casou novamente. Lália e o marido trabalhavam na mesma empresa. Os contratos terminavam ao fim de cada obra. Com isso, passaram por uma fase de muitas mudanças, que incluiu o Rio de Janeiro, Volta Redonda e Salvador, onde moram atualmente. Da segunda vez que engravidou, decidiu que largaria o emprego depois do término da licença maternidade.

O Brasil nunca teve tanta gente fora do mercado de trabalho. No ano passado, esse movimento se intensificou e chamou a atenção de especialistas que passaram a ver na saída de trabalhadores uma das respostas para o país continuar a exibir desemprego baixo, mesmo quando a atividade econômica patina. Um caleidoscópio de razões pessoais está por trás da decisão de ficar fora da força de trabalho: cuidar de filhos, estudar, mudar de vida. Mas Bernardo, Renata e Lália fazem parte de um grupo ainda mais restrito. O de pessoas que, embora fora do mercado e, mesmo sem procurar ativamente uma vaga, estariam dispostas a trabalhar se surgisse uma oportunidade.

Esse grupo hoje é formado por 561 mil pessoas que representam uma força de trabalho potencial. Grupo que equivale praticamente à população de Cuiabá (MT) e à metade dos desempregados nas seis principais regiões do país, segundo o IBGE. São, na maioria, pessoas de 18 a 34 anos, bem qualificadas — com ao menos o ensino médio completo. Na maior parte, é formado por mulheres e por filhos que ainda dependem dos pais.

— É um grupo que tem um perfil diferente dos que estão fora do mercado e não querem ou não podem trabalhar, formado, sobretudo, por adolescentes e idosos, com no máximo o fundamental completo — observa Adriana Beringuy, técnica do IBGE, responsável pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME).

Se esse contingente decidisse voltar ao mercado de trabalho ao mesmo tempo, o movimento seria suficiente para fazer a taxa de desemprego saltar dos atuais 5,1% (dado de fevereiro, da Pesquisa Mensal do Emprego, do IBGE) para 7,2%.

— E traria reflexos para a renda. Ao se aumentar a oferta de mão de obra, os salários poderiam começar a cair — afirma Gabriel Ulyssea, economista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), para quem a discussão sobre pleno emprego ainda é muito focada na taxa de desocupação.

— Num ambiente de confiança, com mais renda, as pessoas pensam que podem sair e conseguir retomar depois — afirma o economista Sergio Besserman Vianna, ex-presidente do IBGE e professor da PUC Rio.

O aumento do rendimento nos últimos dez anos parece ser a explicação mais recorrente para a mudança de configuração do mercado de trabalho. Com a família ganhando mais, muitos jovens estariam confortáveis para sair do mercado de trabalho. Neste grupo de mão de obra de “reserva”, 16% estavam estudando em alguma escola ou universidade.

No caso de Bernardo e de Renata, o apoio dos pais foi fundamental na decisão de deixar de procurar emprego. Hoje cerca de um em cada quatro jovens de 25 a 34 anos ainda mora com pais. Bernardo lembra que ao decidir deixar o trabalho na primeira vez, há cerca de dois anos, a mãe pediu para que ele continuasse trabalhando. A família tinha dívidas na época. Dessa vez, recebeu apoio irrestrito para parar. Renata também teve o suporte do pai, bancário aposentado, com quem mora em Campo Grande, na Zona Oeste, e que sustenta a casa com uma renda de cerca de cinco salários mínimos.

— Mais do que nunca, a decisão de trabalhar ou de se retirar do mercado de trabalho é uma tomada em família, principalmente para os jovens — afirma o professor Carlos Alberto Ramos, economista da Universidade de Brasília

(UnB).

No caso de Lália e de mulheres que deixam o trabalho para cuidar dos filhos, o suporte vem do marido. Ela diz que está disposta a voltar ao trabalho, se surgir uma oferta vantajosa. Poria a filha em uma creche, já que teve que dispensar a babá, depois que a regulamentação do trabalho doméstico tornou o serviço mais caro.

— Ficou difícil arcar com os custos de ter mais de uma pessoa trabalhando em casa (ela tem uma empregada).

Ulyssea, do Ipea, lembra que as brasileiras ainda têm uma baixa participação no mercado de trabalho em comparação com as americanas. Segundo ele, enquanto entre as brasileiras, a parcela das que trabalham e procuram emprego está em 49%, no caso das americanas fica em 60%. Para ele, menos mulheres retornam ao mercado de trabalho após terem filhos.

## **Mão de obra de “reserva” tem diminuído**

Transporte público precário também afasta potenciais trabalhadores do mercado. A distância entre a casa em Campo Grande, na Zona Oeste, e a Uerj, no Maracanã, onde estuda, foi um dos motivos que fez Renata desistir de uma oferta de emprego na Barra da Tijuca. Só para chegar à universidade, gasta duas horas de ônibus. A mesma limitação ocorre na hora de buscar emprego.

— Preferi me dedicar só ao mestrado. Até porque o salário era pouco e não tinha para onde crescer. O problema foi que a bolsa (do mestrado) não saiu, mas de qualquer forma seria inviável trabalhar — conta.

Apesar de ainda deixar de fora do mercado mais de meio milhão de trabalhadores, este contingente vem diminuindo ano após ano. Reflexo da melhora no mercado de trabalho em geral, que mostra declínio sucessivo da taxa de desemprego. Em fevereiro de 2009, o grupo contava quase um milhão de pessoas. A taxa de desemprego na época era de 8,5%.

Para o economista especialista em mercado de trabalho Claudio Dedecca, da Unicamp, a incorporação desse grupo depende de políticas públicas, como a

ampliação da oferta de creches, e não resolve por si só o problema da baixa produtividade.

— São pessoas que só vão trabalhar se as condições de trabalho forem compatíveis e cobrirem os custos que teriam. Mas como incorporar essas pessoas quando estamos desprovidos de políticas de qualificação? — indaga.

Acesse o PDF: [58 % dos que não trabalham são mulheres, idade entre 25 e 34 anos](#)